



Título:	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE DIREITO DA UNISC: CAPACITAÇÃO SOBRE ENTREGA PROTEGIDA DE CRIANÇAS PARA ADOÇÃO JUNTO ÀS AESCAS DE SANTA CRUZ DO SUL		
Autores:	Jéssica Louzada de Aguiar Karina Meneghetti Brendler		
Área	<input type="checkbox"/> Humanas <input checked="" type="checkbox"/> Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Biológicas e da Saúde <input type="checkbox"/> Exatas, da Terra e Engenharias	Dimensão:	<input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Inovação
Resumo: <p>A curricularização da extensão integra ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a relação entre universidade e sociedade. No curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), essa proposta se concretiza nos módulos de Vivências Jurídicas e Interdisciplinares, que aproximam os estudantes de realidades sociais. Em 2025, no Módulo Vivências Jurídicas e Interdisciplinares C, desenvolveu-se atividade 100% extensionista com os educadores sociais das AESCAS (Associação de Projeto Educacional e Social para Crianças e Adolescentes), entidade que atua em 12 bairros de Santa Cruz do Sul atendendo famílias em vulnerabilidade. O objetivo foi capacitar educadores sociais sobre a Entrega Protegida/Voluntária de crianças para adoção, regulamentada pela Resolução CNJ nº 485/2023, como alternativa legal e segura ao aborto clandestino ou infanticídio. Também buscou-se proporcionar aos estudantes a vivência de realidades distintas daquelas em que estão inseridos, ampliando horizontes e rompendo barreiras sociais. Nos relatórios finais, os alunos relataram que o contato direto com comunidades vulneráveis foi transformador em termos acadêmicos e pessoais. A problemática central é a pouca divulgação do instituto da entrega protegida, ainda desconhecido por muitas mulheres e profissionais da rede. A atividade foi organizada em grupos de estudantes que, após aulas virtuais, elaboraram materiais didáticos e aplicaram questionário prévio aos educadores sociais. Em seguida, realizaram a capacitação presencial nas unidades da AESCA, conduzindo rodas de conversa sobre aspectos legais, sociais e éticos da entrega voluntária. Ao final, aplicaram novo questionário para medir o aprendizado e elaboraram relatórios com dados da atividade, percepções individuais, autoavaliação e registros fotográficos. A ação envolveu 12 unidades da AESCA. Os resultados mostraram que muitos profissionais desconheciam a entrega protegida e, após a capacitação, compreenderam-na como instrumento jurídico e humanitário de proteção à mulher e à criança. Para os estudantes, a experiência representou oportunidade de romper o distanciamento social e desenvolver escuta sensível, empatia e linguagem acessível. As percepções individuais evidenciaram acolhida calorosa pelas instituições e a relevância da troca, destacando que o</p>			



aprendizado foi mútuo e transformador. A avaliação dos alunos foi amplamente positiva, reforçando o impacto da atividade na formação profissional e cidadã. A experiência demonstrou a relevância da curricularização da extensão como prática pedagógica capaz de unir teoria e realidade, promovendo formação integral. Além de difundir informações que podem salvar vidas e prevenir violações de direitos, a atividade fortaleceu a missão comunitária da universidade e mostrou que a entrega protegida, quando divulgada e compreendida, é alternativa legítima para enfrentar o aborto ilegal e o infanticídio. Também evidenciou que os estudantes ampliaram sua formação ética e profissional ao interagir com realidades distintas, avaliando a vivência como transformadora. Assim, a curricularização da extensão se afirma não apenas como requisito normativo, mas como oportunidade de aprendizado mútuo, ruptura de desigualdades e compromisso com a justiça social.

Link do Vídeo: https://drive.google.com/file/d/1eYnVUleI0ULU-glo7Xaqvdya8gEhvf91/view?usp=drive_link